



Increbase Engenharia e Administração – Eireli
CNPJ nº 22.456.311/0001-00
Rua Alice Além Saadi, nº 855 – Sala 116
Bairro: Nova Ribeirânia
CEP: 14096-570 – Ribeirão Preto – São Paulo

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PAULO EDUARDO MARTINS

PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO, ESTADO DE SÃO PAULO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2022 – PROCESSO Nº 3387/2022

Objeto: Registro de Preços para a Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil, para execução de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva, adequação, conservação, reformas, adaptações, pequenos serviços de reforma em engenharia nos prédios administrativos e escolares vinculados à Secretaria Municipal de Educação e à Rede Municipal de Ensino de Bebedouro, com fornecimento de materiais e mão de obra, além de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) pela execução dos serviços prestados, em conformidade com a Tabela de Preços Unitários/Planilha Referencial – FDE mais recente (JANEIRO/2022) com acompanhamento, vistoria, aferição e recebimento por parte da Divisão de Obras da Secretaria Municipal de Educação.

INCREBASE ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Alice Além Saadi, nº 855, Sala 116, Bairro: Nova Ribeirânia, em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 22.456.311/0001-00, neste ato representada por sua sócia administradora, Sra. Thais Borlenghi Romani, portadora da cédula de identidade, RG nº 26.443.751-2 SSP/SP e CPF nº 358.814.858-23, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, nos termos do art. 109, §3º, da Lei nº. 8.666/93 e do item 8 do Edital de Pregão Presencial nº 12/2022, apresentar

Da tempestividade

Conforme Lei 10.520/02, a impugnação do recurso tem prazo de 3 (três) dias corridos contados da data final do prazo de recurso, não havendo mais a necessidade de comunicar que houve a interposição de recursos.

contrarrazões ao recurso administrativo

A decisão exarada por este Pregoeiro, classificando a contrarrazoante, está de acordo com as exigências do edital e, acima de tudo, atendem aos princípios de direito basilares que norteiam a atividade administrativa,

E-mail: comercial@increbase.com.br
Contato: (16) 4042-0070



Increbase Engenharia e Administração – Eireli
CNPJ nº 22.456.311/0001-00
Rua Alice Além Saadi, nº 855 – Sala 116
Bairro: Nova Ribeirânia
CEP: 14096-570 – Ribeirão Preto – São Paulo

oportunidade em que reque seja recebidas as contrarrazões, para ao final, julgar desprovido o recurso ora hostilizado.

Em verdade, a contrarrazoada insurge-se porque não logrou êxito em vencer o Pregão, e agora, de maneira leviana e sem nenhuma fundamentação legal e factível, tentar tumultuar o feito, com insinuações e ameaças e assim prejudicar a contrarrazoante, desrespeitado inclusive, o trabalho do Pregoeiro e dos membros da Equipe de Apoio, os quais analisaram exaustivamente a documentação da contrarrazoante e julgaram habilitada e vencedora do certame.

Em síntese a contrarrazoada afirma o seguinte;

a) Que a contrarrazoante descumpriu do item 6.1.4.3 do Edital, não comprovando sua capacidade operacional, não cumprindo, portanto, o disposto no subitem abaixo transcrito:

6.1.4.3.- Aptidão técnico-profissional mediante comprovação, pela licitante, de possuir no seu quadro permanente, na data de apresentação da proposta, profissional(ais) de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor(es) de CATs por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto desta licitação, a seguir:

- a1) Aço CS 60/50;
- a2) Concreto FCK=20mpa;
- a3) Forma de madeira;
- a4) Estaca escavada;
- a5) Alvenaria de tijolo cerâmico;
- a6) Reboco;
- a7) Cerâmica Esmatada (Azulejo);
- a8) Tinta Latex;
- a9) Tubo de PVC 3/4;
- a10) Cabo de 16 mm²;
- a11) Demolições de Alvenarias em Geral;
- a12) Transformador de Energia 75 Kva.

Alega a contrarrazoada que a contrarrazoante não deveria ser habilitada, pois, não tem capacidade técnica profissional e não atende ao item 6.1.4.3. letra a12 do edital para os serviços de maior relevância "Transformador de energia 75KVA.

Em seu recurso transcreve a competência do engenheiro civil e ainda do engenheiro elétrico e alega categoricamente que; **engenheiro civil**

NÃO PODE EXECUTAR SERVIÇOS relativos à Transformador de Energia 75 Kva., pois estaria invadindo de forma irregular atribuição do profissional detentor desta atribuição que é o engenheiro eletricista.



Increbase Engenharia e Administração – Eireli
CNPJ nº 22.456.311/0001-00
Rua Alice Além Saadi, nº 855 – Sala 116
Bairro: Nova Ribeirânia
CEP: 14096-570 – Ribeirão Preto – São Paulo

Diz ainda que **“Apesar de constar o Transformador no atestado de capacidade Técnica, este serve apenas para comprovar o atendimento de Qualificação Operacional em nome da empresa licitante, e NÃO DA QUALIFICAÇÃO DO PROFISISONAL que deve ser comprovada por meio da CAT – Certidão de Acervo Técnico.”**

Toda vez que o tema tratado é de “capacidade técnica” surgem dúvidas, interpretações erradas, interpretações maliciosas e tendenciosas, como no presente caso, e grandes controvérsias notadamente quanto aos limites a serem seguidos pelo Administrador ao exigir a comprovação da qualificação técnica dos licitantes.

Na definição de Marçal Justen Filho, “A expressão “qualificação técnica” tem grande amplitude e significado. Em termos sumários, consiste no domínio de conhecimento e habilidades teóricas e práticas para execução do objeto a ser contratado.”

Ainda segundo referido doutrinador, “cada espécie de contratação pressupõe diferentes habilidades ou conhecimentos técnicos. (...) Como decorrência, a determinação dos requisitos de qualificação técnica far-se-á caso a caso, em face das circunstâncias e peculiaridades das necessidades que o Estado deve realizar. Caberá à Administração, na fase interna antecedente à própria elaboração do ato convocatório, avaliar os requisitos necessários, restringindo-se ao estritamente indispensável a assegurar um mínimo de segurança quanto a idoneidade dos licitantes.”

Conforme se observa do texto acima transcrito, o primeiro limite a ser observado pela Administração ao estabelecer e fixar em seus editais de licitação os requisitos de habilitação referentes à qualificação técnica, qual seja, a compatibilidade entre tais exigências e o objeto a ser contratado. Assim, não será admitido o estabelecimento de exigências excessivas ou inadequadas. A exigência de qualificação técnica, portanto, deve ser suficiente a demonstrar que o licitante detém conhecimentos técnicos e práticos para a execução do objeto a ser executado. Nem mais, nem menos.

De forma desrespeitosa, a contrarrazoada tenta induzir o Pregoeiro a erro, fazendo parecer que o Edital exige “identidade” entre os serviços objeto do certame e os que constam nos atestados da contrarrazoante, sendo que é pacífico tanto na doutrina quanto na jurisprudência do TCU que o que se exige é apenas **“compatibilidade” “equivalência”, “similaridade” e “pertinência”, mas não identidade,** pois assim, estar-se-ia cometendo uma ilicitude e afastando a competitividade na licitação.

Em seu recurso a contrarrazoada, transcreve a competência do engenheiro civil e ainda do engenheiro elétrico e alega categoricamente que; **engenheiro civil**



Increbase Engenharia e Administração – Eireli
CNPJ nº 22.456.311/0001-00
Rua Alice Além Saadi, nº 855 – Sala 116
Bairro: Nova Ribeirânia
CEP: 14096-570 – Ribeirão Preto – São Paulo

NÃO PODE EXECUTAR SERVIÇOS relativos à Transformador de Energia 75 Kva., pois estaria invadindo de forma irregular atribuição do profissional detentor desta atribuição que é o engenheiro eletricista.

Diz ainda que **“Apesar de constar o Transformador no atestado de capacidade Técnica, este serve apenas para comprovar o atendimento de Qualificação Operacional em nome da empresa licitante, e NÃO DA QUALIFICAÇÃO DO PROFISISONAL que deve ser comprovada por meio da CAT – Certidão de Acervo Técnico.”**

Da leitura do Edital, pode-se concluir, de forma relativamente simples, que a exigência editalícia seria cumprida por meio de atestado de responsabilidade técnica com os serviços considerados relevantes.

Contudo, o entendimento da contrarrazoada sobre a exigência editalícia é o de que, para cumprimento dos referidos itens, a licitante deveria possuir em seus quadros um profissional de engenharia e um engenheiro elétrico, e que ambos comprovasse experiências pretéritas de acordo com suas atribuições, alegando que o engenheiro civil **NÃO PODE** executar serviços de transformador de energia 75Kva, sendo assim a contrarrazoante não cumpriu todos os itens relevantes do edital, pois não apresentou nenhum atestado do engenheiro elétrico.

Com o devido respeito, apesar de tal entendimento contrariar flagrantemente as regras editalícias, a contrarrazoada entende que a contrarrazoante deveria ser inabilitada por descumprir as exigências de capacitação técnica.

Conforme demonstrar-se-á nos próximos parágrafos, as alegações trazidas pela contrarrazoada são desprovidas de qualquer fundamento fático, técnico ou jurídico, de forma que não possuem a menor chance de prosperarem.

Das Razões

Inconsistência da alegação de descumprimento item 6.1.4.3 do Edital, não comprovando sua capacidade operacional alínea “a12”, do Edital

A contrarrazoante decidiu comprovar a sua aptidão técnico-profissional por meio de atestados de capacidade técnica de seu diretor técnico, Sr. Rodrigo Planas Romani, pois tal documento não só comprovava o atendimento aos itens relevantes solicitados, inclusive; o **a12) Transformador de Energia 75 Kva.** E, ainda superiores, sem embargo, a contrarrazoante cumpriu integralmente com as exigências editalícias e comprovou possuir capacidade técnica para execução da obra, restando confirmada a retitude da decisão da Comissão Especial de Licitação, que asseverou sua habilitação no certame.



Increbase Engenharia e Administração – Eireli
CNPJ nº 22.456.311/0001-00
Rua Alice Além Saadi, nº 855 – Sala 116
Bairro: Nova Ribeirânia
CEP: 14096-570 – Ribeirão Preto – São Paulo

Com tudo que foi exposto, resta provado que a contrarrazoante cumpriu integralmente o Edital. Contudo, resta entender o que alega a contrarrazoada, se for o caso, seu entendimento e seus equívocos interpretativos.

Como dito acima, o entendimento da contrarrazoada é o de que contrarrazoante a que além do engenheiro civil o engenheiro elétrico também, deveria possuir CATs por execução de obra ou serviço de características semelhantes, em especial atender ao item **a12) Transformador de Energia 75 Kva**, pois em sua particular interpretação, o engenheiro civil, **NÃO PODE EXECUTAR SERVIÇOS relativos à Transformador de Energia 75 Kva**, pois estaria invadindo de forma irregular atribuição do profissional detentor desta atribuição que é o engenheiro eletricista.

Tal entendimento obviamente não prospera por duas simples razões:

- o Edital não traz, em nenhum momento, tal exigência;
- o Engenheiro Civil, segundo o decreto regulamentador de sua profissão, possui atribuição para realizar a construção civil de edificações corporativas e de todas as suas obras complementares.

A resolução confea N. [1.010](#) De 2005, em seu anexo II especifica os campos de **atuação profissional da modalidade civil**, na qual indica como única atribuição referente a matéria de elétrica o seguinte: "elétricas em baixa tensão para fins residenciais e comerciais de pequeno porte" (como menciona resolução [1.101](#) do confea: setor 1.1.1.13.00, número de ordem dos tópicos 1.1.1.13.01 - **instalações -elétricas em baixa tensão para fins residenciais e comerciais de pequeno porte**).

Já a definição de "instalações elétricas de baixa tensão para fins residenciais e comerciais" situação esta onde o engenheiro civil poderia ser o responsável, pode ser verificada junto à cartilha de acesso ao sistema de distribuição - procedimento da aneel - agência nacional de energia elétrica - onde se esclarece objetivamente o que seria "baixa tensão (bt)"

- determinando que a **baixa tensão se caracteriza por uma carga instalada igual ou inferior a 75,00 Kva** (cartilha de acesso do sistema de distribuição, revisão 2, página 10 de 26: item 2.8 como se define a tensão de conexão das instalações do acessante?

A definição de tensão de conexão para unidades consumidoras deve observar:

a) baixa tensão - bt: carga instalada igual ou inferior a 75KW).



Increbase Engenharia e Administração – Eireli
CNPJ nº 22.456.311/0001-00
Rua Alice Além Saadi, nº 855 – Sala 116
Bairro: Nova Ribeirânia
CEP: 14096-570 – Ribeirão Preto – São Paulo

Num resumo objetivo dir-se-ia: carga instalada igual ou inferior a 75,00 KVA, engenheiro civil pode ser o responsável. Acima dessa carga, somente engenheiros da área elétrica.

Nesse sentido cita-se decisão proferida pelo superior tribunal de justiça - STJ - no resp 1.422.408 Sc 2013/0396397-9 de relatoria do eminente ministro Napoleão Nunes Maia Filho, a seguir parcialmente transcrita:

"...a decisão normativa N. 70/2001, do confea, ao estabelecer quais profissionais possuem atribuição para projeto e execução de instalação de spda, dispõe.... Como se vê, a norma não conferiu aos engenheiros civis esta habilitação. Para a análise da capacidade técnica do autor, o crea/sc valeu-se da legislação pertinente, sobretudo dos atos normativos editados pelo confea, não incorrendo em restrição arbitrária. No mais, a questão deverá ser elucidada não só de acordo com a norma contida no já citado decreto n. [23.569/33](#) e na resolução n.218/73, do confea, mas conforme prevê ainda a resolução n. [1.010/2005](#), do mesmo conselho federal.

Vejamos. A resolução n.218/73, em seu artigo 7º, define e limite as atribuições da engenharia civil:....Já os campos de atuação profissional de cada uma das categorias profissionais e suas modalidades estão sistematizados no anexo ii da resolução n. [1.010/2005](#), no qual consta que os engenheiros civis não possuem atribuições profissionais para a execução de instalações elétricas de maior porte e que envolvem tensões elétricas elevadas...." 3- e, como já mencionado nos itens 5 e 6 supra, fica definido, de forma objetiva, sem deixar dúvidas, o que seria instalações elétricas de baixa tensão - igual ou inferior a 75,00 KVA.

Ora se o CATs apresentado pela contrarrazoante atende todos os itens do edital, como ficou provado e se, o Engenheiro Rodrigo Planas Romani atende todos os itens solicitados, seria redundância e também desnecessário a apresentação de uma atestado do Engenheiro elétrico, consideramos ainda que indagado o Engenheiro da Prefeitura, sobre a existência nas escolas em Bebedouro de Transformadores de Energia 75 Kva, a resposta foi negativa, o que nos leva a entender que a exigência se referia apenas a rede elétrica de baixa tensão, inferior ou igual a 75 Kva.

No que diz respeito à exigência de condição extra-editalícia, não é demasiado recordar que a Administração Pública é submissa ao Princípio da estrita Legalidade, não podendo agir, de nenhuma forma, em desconformidade com a lei.

Neste sentido, um dos princípios de aplicação no âmbito das licitações de maior conhecimento público é, sem sombra de dúvida, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.



Increbase Engenharia e Administração – Eireli
CNPJ nº 22.456.311/0001-00
Rua Alice Além Saadi, nº 855 – Sala 116
Bairro: Nova Ribeirânia
CEP: 14096-570 – Ribeirão Preto – São Paulo

Segundo ele, a Administração Pública deve agir em estrita conformidade com as regras estabelecidas no Edital, não podendo inabilitar licitante algum com fundamento em exigência não prevista nele.

Não é outro o entendimento da jurisprudência do TCU. Coincidentemente, foi encontrado um caso exatamente idêntico ao presente, o qual vale a pena transcrever:

“A inabilitação com base em critério não previsto em edital e a ocultação de informações relevantes à habilitação dos licitantes ferem os princípios da legalidade, publicidade, do julgamento objetivo e da vinculação ao disposto no instrumento convocatório.”

Voto do Relator: “11. Conforme destacado na instrução, o critério e a motivação empregados na inabilitação das demais concorrentes à empresa [...]. - quatro inabilitadas primordialmente com base nesse critério adotado e uma quinta com base noutra questão não examinada nesta representação - foram de que não teria havido cumprimento do item 4, letra “d”, do Anexo II do Edital, porque a empresa não possuiria engenheiro eletricista como responsável técnico, mas engenheiro civil, que não teria atribuições para responsabilidade técnica de instalações elétricas.

Entretanto, referido item do edital não contém tal exigência, haja vista exigir apenas o seguinte: [...]

De fato, a inabilitação somente poderia ocorrer caso não houvesse a apresentação de atestados ou apresentação de atestados não averbados no conselho de classe, ou, ainda, pela apresentação de atestados com quantidades inferiores às exigidas no edital. Logo, a aplicação do critério não poderia fundamentar a inabilitação das licitantes se essas apresentaram os atestados indicando as quantidades executadas sob a responsabilidade de engenheiro civil registrado junto ao Crea.

Além do mais, conforme anotado na instrução, observa-se que o edital não contém critério que determine a obrigatoriedade da apresentação de CATs do engenheiro eletricista.

Dessa forma, restou provado que, não há que se falar em inabilitação por suposto descumprimento de exigência inexistente no Edital.



Increbase Engenharia e Administração – Eireli
CNPJ nº 22.456.311/0001-00
Rua Alice Além Saadi, nº 855 – Sala 116
Bairro: Nova Ribeirânia
CEP: 14096-570 – Ribeirão Preto – São Paulo

Conclusão

Diante de todo exposto, restou provado que os documentos de habilitação apresentados pela contrarrazoante atenderam a todas as exigências contidas no Edital, confirmando que a decisão do Pregoeiro e Equipe de Apoio acertou em julgar habilitada no certame.

Por outro lado, as justificativas expostas nesta peça de contrarrazões afastaram definitivamente todas as alegações de supostas irregularidades dos documentos, exigindo a manutenção da decisão de sua habilitação.

Requer-se, ainda, que as presentes contrarrazões sejam analisadas e consideradas tanto no âmbito do exame de reconsideração a ser realizado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

Renova-se os protestos de elevada estima e consideração.

Ribeirão Preto, 13 de maio de 2021.



Increbase Engenharia e Administração Eireli
Thais Borlenghi Romani
Administradora



Comprovante de Protocolo

Tipo/Processo: E - 5761 / 2022

Data/Hora : 13/05/2022 - 15:11:26

Requerente : INCREBASE ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO - EIRELI

Tel. Contato : 76 40420070

Usuário : Gabriela Terra

Assunto : CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Departamento : Protocolo

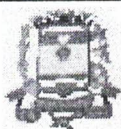
Histórico : PREGÃO PRESENCIAL N° 012/2022

PROCESSO N° 3387/2022

A/C DEP. LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Bebedouro.

Praça José Stamato Sobrinho, 45 Centro Bebedouro SP 14700000



Comprovante de Protocolo

Tipo/Processo: E - 5761 / 2022

Data/Hora : 13/05/2022 - 15:11:26

Requerente : INCREBASE ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO - EIRELI

Tel. Contato : 76 40420070

Usuário : Gabriela Terra

Assunto : CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Departamento : Protocolo

Histórico : PREGÃO PRESENCIAL N° 012/2022

PROCESSO N° 3387/2022

A/C DEP. LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Bebedouro.

Praça José Stamato Sobrinho, 45 Centro Bebedouro SP 14700000